

Memórias da Psicologia nos anos 70-80

*Odette de Godoy Pinheiro**

*O grande patrimônio do velho está no mundo maravilhoso da memória,
fonte inesgotável de reflexão sobre nós mesmos,
sobre o universo em que vivemos, sobre as pessoas e os acontecimentos
que ao longo do caminho atraíram nossa atenção.*

*Norberto Bobbio
O tempo da memória*

Professora durante 40 anos no curso de psicologia da PUC-SP, posso me considerar depositária de suas memórias, e tornando-as públicas penso estimular os que ora enfrentam novos desafios a encontrar formas criativas de os superar.

Em se tratando de memórias, ou lembranças, cumpre dar a elas o seu devido valor, pois o que se segue é a minha versão dos fatos relacionada com os papéis que me foram atribuídos e a minha forma pessoal de exercê-los.

Minhas atividades como professora no curso de psicologia da PUC-SP se iniciaram em 1966. Trazia como repertório, além dos conhecimentos, uma postura de rigor científico adquiridos no curso de especialização em Psicologia Clínica coordenado pelo prof Dr Enzo Azzi. Mesmo respondendo por uma disciplina técnica (Técnicas do Exame Psicológico, TEAP) era impossível permanecer alheia à efervescência dos movimentos sociais e especificamente do movimento estudantil que encontrava brechas para sacudir as instituições e brigar por uma sociedade de direitos, contra a

* Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg. Ex-professora da Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

ditadura militar instaurada em 1964. No âmbito da universidade o que mobilizava alunos e professores era o projeto de reforma universitária e rejeição ao modelo proposto pelo MEC, fruto do acordo MEC USAID, tido como um modelo tecnicista e privatista, promulgado de forma ditatorial.

Nesse contexto, em 1968 (o ano de movimentos de jovens no mundo inteiro) professores e alunos do curso de psicologia da PUC-SP propuseram uma experiência revolucionária, em que comissões paritárias passaram a coordenar atividades acadêmicas que substituíam a grade curricular vigente. Foram organizados núcleos temáticos em que se inscreveriam alunos interessados, do primeiro ao último ano, integrando professores de diferentes disciplinas. O núcleo no qual me inscrevi tinha como tema Linguagem

A ideia de núcleos entendidos como um conjunto de teorias e práticas voltadas para um tema, experimentada em 1968, permanece até hoje na estrutura curricular do curso de graduação em Psicologia da PUC-SP, embora muitas vezes, tenham sido esquecidos os princípios que os fundamentaram. Esses princípios, no meu entender, não podem ser reduzidos a simples estratégias de ensino, pois propõem uma ruptura das relações de poder de um saber instituído sobre a realidade vivida pelos atores do processo educacional, construindo um conhecimento sempre renovável e aberto.

Em 69, definidas as linhas da reforma universitária pelo MEC (lei 5540/68) a PUC-SP passou a rever os seus cursos e a sua estrutura, reformulando o estatuto e os regimentos. Neste momento se encontram o movimento libertário e contestador do qual a paridade era o símbolo e o instituído pela ordem legal. Na Psicologia são os mesmos atores que entram em cena para interpretar a lei, discutir a estrutura acadêmica e o novo curso de Psicologia, e que procuram resgatar as ideias ventiladas em 68. Na nova estrutura definida pelo estatuto passa a existir a Faculdade de Psicologia.

Em 1972 passei a integrar a Comissão de Coordenação de Currículo de Psicologia que fazia a proposta de novo currículo pleno, se adequando a novas regras definidas pelo MEC e ao Currículo Mínimo vigente.

Os professores puseram a sua criatividade a funcionar para interpretar a lei colocando-a a seu serviço, reafirmando princípios pedagógicos e resgatando o que a experiência de 68 trouxera de inovador. Uma das

ideias era a flexibilidade do currículo com disciplinas eletivas. Diante de uma ciência e profissão em construção, a rigidez curricular poderia se transformar em camisa de força, incapaz de absorver mudanças decorrentes da produção de conhecimento nas diferentes áreas e das transformações das práticas profissionais e seus espaços na sociedade. As disciplinas eletivas oferecidas deveriam representar as linhas de pesquisa dos departamentos e deveriam ser oferecidas a partir do segundo período.

Em 1975, passei a fazer parte de outra comissão que deveria implantar o chamado currículo de Formação Profissional (do 7º. ao 10º. período). A primeira proposta que mantinha a subdivisão em quatro áreas de atuação (clínica, educação, trabalho e comportamental) foi questionada pelos alunos que reivindicavam maior flexibilidade curricular. A ideia de núcleos apareceu como alternativa e após muitas discussões passou a ser implantada. A partir do 7º. período os alunos escolheriam a cada semestre os núcleos ofertados pelos departamentos teoricamente de acordo com seus interesses combinando áreas de atuação e/ou linhas teóricas. Teoricamente, pois logo apareceram limites tais como sobreposição de horários, impossibilidade administrativa de manter núcleos pouco escolhidos com turmas pequenas. A flexibilidade na prática deixou de ter o seu valor pedagógico e a situação criada, a cada semestre, parecia mais próxima de um mercado em que professores apresentavam seus produtos e os alunos os disputavam utilizando os mais diferentes critérios: desde o verdadeiro interesse pelo conteúdo até o número de créditos oferecidos. Percebíamos como a ideia revolucionária de 68 se transformara em proposta conservadora, dado que ofertas de núcleos novos eram rejeitadas por oferecerem riscos que alunos e professores, por motivos diferentes, não queriam correr.

Em 1985, eleita diretora da Faculdade de Psicologia, iniciei a gestão tendo como proposta principal a revisão do currículo implantado em 1972, tarefa em que me empenhei durante dois mandatos (de 1985 a 1994). Durante os anos foram sendo feitos alguns ajustes devido a dificuldades que a realização da proposta deixou evidentes. As normas que regiam os contratos dos professores nem sempre favoreciam a flexibilidade curricular e as sucessivas crises econômico financeiras da PUCSP impunham redução de horas de contratos e maior controle sobre o número de alunos em

cada disciplina. Os professores ao oferecer disciplinas eletivas ou núcleos queriam ter a priori certeza de seu funcionamento. Os alunos, embora percebessem os problemas, temiam perder as vantagens de poder escolher disciplinas e professores que preferiam.

Assumi a direção da Faculdade no 2º. semestre de 1985 e, embora a revisão curricular fosse a agenda prioritária, as atas do Conselho Departamental atestam que só em 1988 o processo foi efetivamente desencadeado e assumido pelos representantes docentes e discentes

Aponto como desencadeador do processo a extinção do Ciclo Básico em 1988. A Psicologia foi talvez o único curso que manteve por mais um ano as disciplinas comuns a todos os cursos com ementas revistas. Estávamos nos negando a fazer ajustes parciais desfigurando ainda mais o currículo proposto em 1972. Era necessária uma revisão ampla e fundamentada que não descartasse o currículo anterior, mas o aperfeiçoasse. O desafio era favorecer o debate democrático em que as divergências viessem à tona de forma organizada e planejada. Não poderia ser um trabalho técnico de gabinete e nem ser discutido exclusivamente em assembleias.

O Conselho Departamental, constituído por chefes de departamento, de Laboratório e de Clínica e por representantes de alunos, deveria coordenar o processo e aprovar o fluxograma dos trabalhos. Caberia à direção divulgar decisões, resumir as questões polêmicas, alimentando assim as discussões dos departamentos. Foi um processo longo e difícil. Iniciado em maio de 1988 e aprovado pelo Conselho Departamental no segundo semestre de 1989. Havia embates entre os departamentos e com os representantes dos alunos que questionavam a forma como era conduzido o processo, querendo discutir cada ponto em assembleia, o que atrapalhava o andamento dos trabalhos. Mas puderam ser explicitados os conflitos de interesse e divergências teóricas e metodológicas, bem como as diferentes visões de ensino e universidade, e as exaustivas discussões possibilitaram o aparecimento de convergências, nem sempre consensuais.

Para definir princípios e objetivos foram propostos temas de discussão tais como: psicólogo generalista X especialista, relação teoria/prática, formação geral e profissional, formação e mercado de trabalho.

Em seguida foi discutida a estrutura do currículo: níveis de aprendizagem, conteúdos e eixos programáticos.

A proposta final manteve a flexibilidade com a oferta de disciplinas eletivas e de núcleos. A estrutura do curso foi modificada nos seguintes aspectos:

- desapareceu a antiga divisão entre formação geral e profissional para garantir uma integração maior no sentido vertical;
- a estrutura dos primeiros períodos ficou claramente explicitada através da definição de disciplinas ou conjunto delas, em função de sua natureza e relação com os objetivos;
- os cursos eletivos, em número menor, passaram a ser definidos em dois tipos: teóricos e temáticos, devendo ser revistos a cada dois anos pelos departamentos e aprovados pelo Conselho Departamental; a definição de temas antecederia a proposta das disciplinas eletivas devendo haver para cada um dos temas tantas disciplinas quanto o número de alunos; na grade horária essas disciplinas apareceriam no mesmo horário, devendo o aluno escolher a que mais se aproximasse de seu interesse; da mesma forma as disciplinas teóricas eram agrupadas. Os horários passaram a ter uma lógica antes inexistente.

A partir dos princípios que nortearam a proposta final, ficou estabelecido que nos 7º. e 8º. períodos todos os alunos deveriam ter, obrigatoriamente, conhecimentos teóricos e práticos referentes a possíveis atuações do psicólogo, relacionadas às instituições onde vem sendo inserido o trabalho do psicólogo e definidas as atividades que se desenvolvem nesses locais. Chegou-se a uma proposta de quatro agrupamentos; 1) o que se refere às instituições cujo objetivo é a saúde mental 2) as instituições cujo objetivo é a saúde em geral 3) as que tem como objetivo o trabalho e a produção 4) as que tem como objetivo a educação e a formação. Correspondendo a cada agrupamento haveria um conjunto obrigatório de disciplinas e estágios (núcleos) cursados por todos os alunos nos 7º. e 8º. períodos e mais núcleos eletivos a serem cursados nos 9º. e 10º. períodos. Os núcleos obrigatórios seriam semestrais e os eletivos anuais. Todos os núcleos passaram

a oferecer o mesmo número de créditos em estágio e disciplinas teóricas, desaparecendo, portanto, o critério espúrio de escolher núcleos pelo maior ou menor número de créditos que ofereciam.

Foi introduzido o Trabalho de Conclusão de Curso que deveria dar ao aluno a oportunidade de integrar os conhecimentos adquiridos durante o curso investigando e aprofundando temas de seu interesse.

Em se tratando de memórias destaquei os aspectos que para mim foram mais significativos e acredito que alguns pontos são mantidos até o presente. Não gostaria de passar para os leitores um saudosismo pensando no tempo que se foi em que éramos mais jovens, e em que a PUC-SP era outra. Acho que as dificuldades que enfrentamos continuam existindo e muitas se referem a uma instituição privada e confessional que ainda não conseguiu superar suas contradições. Mas acredito que ainda se mantem o espírito democrático que dá a ela uma característica própria: uma instituição viva e em movimento.